

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.855 - PR (2020/0057534-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : ANTONIO BERTOL
ADVOGADOS : FELIPE AMERICO MORAES - PR072289A
BENO FRAGA BRANDÃO - PR020920A
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por ANTONIO BERTOL contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento do HC n. 5001232-12.2020.4.04.0000/PR.

O recorrente foi denunciado por ter supostamente praticado o delito de descaminho (art. 334, *caput*, do Código Penal) em concurso de pessoas (art. 29 do Código Penal).

Irresignada, a defesa impetrou *writ* perante o Tribunal *a quo*, cuja ordem foi denegada.

No presente *writ*, o recorrente sustenta a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância à hipótese dos autos, tendo em vista que o valor dos tributos supostamente sonegados é inferior ao mínimo estabelecido pela Fazenda Pública.

Alega que a habitualidade delitiva não deve ser considerada para atribuir reprovabilidade a conduta, pois, para isso, é preciso levar em conta os aspectos objetivos do fato, não as circunstâncias subjetivas do autor.

Requer, em liminar, a suspensão do trâmite do processo criminal. No mérito, o trancamento da Ação Penal n. 5001544-55.2016.4.04.7007.

Liminar indeferida às fls. 103/104.

Informações prestadas às fls. 103/104.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso, conforme parecer de fls. 421/424.

É o relatório.

Decido.

Consoante entendimento da Suprema Corte, são requisitos para aplicação do princípio da insignificância: a mínima ofensividade da conduta, a ausência de

periculosidade social na ação, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

No caso dos autos, as instâncias ordinárias concluíram que não houve reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e nem ausência de periculosidade social na ação, pois se trata de agente que vem reiterando na prática delitiva de crimes da mesma natureza. Vejamos:

No caso concreto, de acordo com a informação prestada pela Receita Federal do Brasil, o valor dos tributos federais iludidos por força da internalização das mercadorias (somados II e IPI) totalizou R\$ 12.005,00, não ultrapassando, portanto, o parâmetro considerado para fins de aplicação do princípio da insignificância.

Diante de tal contexto, não há falar em ofensa ao art. 5º, XL, da CF, visto que independentemente do valor considerado como patamar para aplicação do princípio da insignificância no momento do recebimento da denúncia, este Regional leva em conta o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para julgar atípica a conduta.

Contudo, não é somente o valor dos tributos iludidos o critério utilizado para eventual aplicação do preceito destipificante.

A questão foi por diversas vezes debatida nas sessões das Turmas Criminais deste Tribunal até que, em 21/06/2018, no julgamento dos EINCUL 5049198-59.2016.4.04.7000, a Quarta Seção desta Corte decidiu que a habitualidade delitiva, seja esta caracterizada pela existência de procedimentos administrativos fiscais, inquéritos policiais ou ações penais em nome do agente, inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância.

Assim, superando posição anteriormente adotada, alinho-me ao entendimento firmado pela Quarta Seção desta Corte e considero que outras autuações administrativas - ainda que somadas não ultrapassem o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) - decorrentes de apreensões mercadorias de origem estrangeira sem comprovação de sua regular importação, impede seja considerada atípica a conduta. Nessa perspectiva, verifico pelos documentos vinculados ao presente feito que o apelante possui registro de outras ações penais (evento 18, CERTANTCRIM7, Proc. originário: 5001544-55.2016.4.04.7007), o que evidencia a habitualidade delitiva e, bem assim, inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância ao caso (fls. 52/69).

Nesse contexto, a conduta do agravante é incompatível com a aplicação do princípio da insignificância.

A propósito:

**AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL.
PENAL. DESCAMINHO. VIOLAÇÃO DO ART. 334 DO CP.**

EXISTÊNCIA DE OUTROS PROCEDIMENTOS FISCAIS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ.

1. Da leitura dos autos, verifica-se que, em voto divergente, foi identificada a habitualidade delitiva do agravante, notadamente quando exposto que, apesar de o valor dos tributos iludidos estar aquém do patamar de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), considerado pela Terceira Seção do STJ como parâmetro para a aplicação da insignificância (REsp n. 1.709.029/MG e REsp n. 1.688.878/SP), verifico que o recorrido já foi autuado inúmeras vezes pela Delegacia da Receita Federal (ação penal, evento 1, PROCADM3).

2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou orientação no sentido de que a reiteração delitiva impede a adoção do princípio da insignificância penal, em matéria de crime de descaminho. (AgR no HC n. 137.749/PR, Ministro Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 17/5/2017).

3. A decisão agravada está em harmonia com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido da não incidência do princípio da insignificância nos casos em que o réu é reiteradamente autuado em processos administrativo-fiscais, como é o caso dos autos.

4. A jurisprudência deste Superior Tribunal firmou-se no sentido de que a existência de outras ações penais, inquéritos policiais em curso ou procedimentos administrativos fiscais, apesar de não configurar reincidência, é suficiente para caracterizar a habitualidade delitiva e, por consequência, afastar a incidência do princípio da insignificância, não podendo ser considerada atípica a conduta (REsp n. 1.750.739/RS, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 17/10/2018).

5. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1842908/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 16/03/2020)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DESCAMINHO. HABITUALIDADE DELITIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Esta Corte Superior entende ser incabível a aplicação do princípio da insignificância quando constatada a habitualidade delitiva nos crimes de descaminho, configurada tanto pela multiplicidade de procedimentos administrativos quanto por ações penais ou inquéritos policiais em curso.

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1834566/PR, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, DJe 09/03/2020).

Ausente, portanto, qualquer constrangimento que justifique a reforma do acórdão impugnado.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator